

Magda dos Anjos Silva Giarolo
Rosemyriam Cunha



SERVIÇO ITINERANTE:

Uma proposta de Instrução Normativa

G435s Giarolo, Magda dos Anjos Silva
Serviço itinerante: uma proposta de instrução normativa [recurso eletrônico]./
Magda dos Anjos Silva Giarolo; Rosemyriam Cunha – Paranaguá: Unespar, 2025.
18f.; il.

Recurso educacional originado da dissertação (Mestrado Profissional em
Educação Inclusiva em Rede Nacional – Área de Concentração: Educação
Inclusiva) – Universidade Estadual do Paraná.

ISBN: 978-65-86807-80-6

1. Educação especial. 2. Educação Inclusiva. 3. Serviço de Itinerância. 4.
Atendimento Educacional Especializado. 5. Formação de professores. I. Cunha,
Rosemyriam. II. Universidade Estadual do Paraná. III. Título. V. Serviço itinerante:
diálogos e possibilidades

CDD 371.9
23. ed.

Ficha catalográfica elaborada por Leociléa Aparecida Vieira – CRB 9/1174.

1 APRESENTAÇÃO	4
2 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO RECURSO	5
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SERVIÇO ITINERANTE	6
3.2. Entendendo o serviço itinerante: considerações teóricas.....	7
4 SERVIÇO ITINERANTE: UMA PROPOSTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA	8
5 PROPOSTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA	9
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	18

1 APRESENTAÇÃO

Este produto educacional é parte integrante da dissertação de Mestrado intitulada **“O SERVIÇO ITINERANTE: DIÁLOGOS E POSSIBILIDADES”**, vinculada à linha de pesquisa Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva. Essa linha de pesquisa integra o Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva – Profei, da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

A pesquisa foi desenvolvida em um Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE) de um município situado da área metropolitana sul do Estado do Paraná. No decorrer da pesquisa, ao entrar em contato com as professoras participantes e no processo de análise do conteúdo obtido em campo, foi perceptível que haviam entraves, incertezas e dificuldades estruturais para que o serviço itinerante fosse viabilizado nesse CMAEE. Diante dessa realidade, esta pesquisa se voltou para aprofundar os conhecimentos sobre o Serviço Itinerante (SI) no CMAEE desse município.

Participaram do processo de construção de informações sete professoras, todas atuantes no CMAEE. A obtenção de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas individuais. O objetivo foi de estudar o Serviço Itinerante realizado por professoras de um CMAEE de um município do estado do Paraná e suas articulações com a educação inclusiva

Considerando a coleta de dados realizada durante a pesquisa, verificou-se que as professoras iniciaram sua atuação, no serviço itinerante, sem uma orientação específica sobre o trabalho. As respostas obtidas nas entrevistas, mostraram entendimentos variados e, às vezes díspares, sobre o SI.

A instituição também não possuía um documento normativo que orientasse sobre como o SI deveria ser realizado. Desta maneira, no cotidiano da instituição, cada profissional passou a desenvolver o trabalho à sua maneira, mas com incertezas sobre a sua estruturação.

Ao constatar esta realidade e por sugestão das professoras que deram apoio ao desenvolvimento da pesquisa, foi criado este recurso educacional. O objetivo deste recurso educacional foi apresentar a proposta de elaboração de uma instrução normativa, que pudesse auxiliar na orientação das professoras do CMAEE, contribuindo para estruturação de seu trabalho no serviço itinerante.

2 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO RECURSO

Na descrição a seguir, buscamos organizar textos, os quais discutimos na dissertação de mestrado, em forma de sínteses, considerando o caráter informativo e orientador do recurso. As informações citadas nos textos e documentos legais têm como finalidade possibilitar o aprofundamento sobre o assunto, considerando as referências disponibilizadas. Intencionamos com este produto educacional apresentar reflexões e contribuições, organizadas a partir dos dados da pesquisa, acerca das práticas pedagógicas no SI e das possibilidades de organização deste trabalho. Portanto, este material está organizado da seguinte forma:

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SERVIÇO ITINERANTE:

Neste tema, apresentamos referenciais abordados nas políticas sobre o SI e a partir de pesquisadores do tema. Discorreremos aspectos sobre os conceitos e organização, com o intuito de explicitar as práticas pedagógicas no SI.

4 SERVIÇO ITINERANTE: UMA PROPOSTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA:

Com este tema, explanamos sobre o processo de construção da sugestão da normativa, destacamos as etapas e apresentamos o modelo sugerido.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SERVIÇO ITINERANTE

O ensino itinerante já era citado em muitas publicações do Ministério da Educação (MEC) desde a década de 90. A Política Nacional de Educação Especial, de 1994, conceituava o SI como um trabalho educativo realizado em diferentes escolas por professor especializado, os quais atendiam os alunos com deficiência e realizavam orientação ao professor.

Já as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) citavam o SI como apoio de orientação e supervisão pedagógica, desenvolvido por professores especialistas, com visitas realizadas nas escolas, com trabalho direcionado aos alunos com deficiência e professores regentes. De maneira geral, observa-se que a abordagem do serviço de itinerância se pautava no atendimento ao aluno(a) e ao professor da sala.

De acordo com Barros (2020), o serviço itinerante era sinalizado nos documentos do MEC como uma visita periódica na escola do professor especializado, o qual deveria trabalhar com o docente de sala de aula e com apoio a orientação e supervisão no desenvolvimento das atividades para o aluno com deficiência.

Observa-se que as nuances iniciais dispostas nos normativos sobre o SI pautaram-se no atendimento do aluno(a) na escola e, em alguns momentos, no trabalho com o professor. A abordagem prática, por muitos anos, se configurou no foco da integração da criança no ambiente escolar.

Na atualidade, o SI é um suporte que pode contribuir para a construção de práticas inclusivas se for ressignificado, considerando a realidade do fluxo do trabalho desenvolvido.

3.2 ENTENDENDO O SERVIÇO ITINERANTE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Este tópico tem por finalidade oferecer conteúdo teórico para fortalecer o entendimento sobre o SI. Pletsch (2005) descreveu o SI como uma modalidade de atendimento na educação especial. Para ela, o professor itinerante, era o profissional que atendia diretamente o(a) aluno(a) em sala de aula. Cavalcanti (2007) diferenciou-se de Pletsch, ao descrever como um serviço da educação especial realizado por professor especializado.

Em Severo (2012), o SI seria um serviço de apoio especializado intra e interinstitucional, apresentou como atribuições do professor itinerante o acompanhamento, a orientação, identificação e propositiva de estratégias que auxiliassem nas soluções para possíveis necessidades ou dificuldades em relação aos processos de ensino e de aprendizagem dos(as) alunos(as) público da educação especial. O SI foi descrito por Barros (2020) como Atendimento Educacional Especializado, no atendimento de jovens e adultos na educação básica em sala, realizado diretamente ao aluno(a).

O SI seria um serviço da educação especial, desenvolvido através de visitas de observação e orientação, com o intuito de dar assistência e auxiliar o professor da classe comum, para Souza (2022). Para melhor entendimento da discussão, reunimos as diferentes definições no Quadro 1:

Quadro 1 – Descrições sobre o SI

AUTOR / ANO	DESCRIÇÃO
Pletsch (2005)	Modalidade da educação especial
Cavalcanti (2007)	Serviço da educação especial realizado por professor especializado.
Severo (2012)	Serviço de apoio especializado intra e interinstitucional.
Barros (2020)	Atendimento educacional especializado.
Souza (2022)	Serviço da educação especial com visitas de orientação e trabalho colaborativo.

Fonte: Giarolo, 2024.

Como o Brasil é um país continental e composto por realidades sociais e culturais que se distinguem, considerou-se que o SI, também apresenta características regionais de origem dos contextos pesquisados.

Salienta-se que a pesquisa de Plesch (2005) ocorreu no Rio de Janeiro, Cavalcanti (2007) desenvolveu seus estudos em Recife, Severo (2012) em Natal, Barros (2020) pesquisou a itinerância em Belém do Pará e Souza (2022) realizou seus estudos em um município de médio porte no estado de São Paulo.

Nos estudos de Cavalcanti (2007), a autora destacou a importância do resgate do SI, da ressignificação do trabalho e da revisão das atribuições dos professores que desempenham esta função.

4 SERVIÇO ITINERANTE: UMA PROPOSTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA

Neste item do trabalho, encontram-se descrições sobre o processo de construção deste recurso educacional. A elaboração do recurso educacional aconteceu em quatro etapas. A primeira etapa pautou-se nas informações obtidas nas entrevistas realizadas com as professoras que participaram da pesquisa, que deu origem a esse recurso educacional. Junto às interpretações do conteúdo obtido, somaram-se referências às leis e a relação com os teóricos.

A segunda etapa foi formada pela leitura de documentos e instruções que serviram de modelo para a construção da propositiva aqui concretizada. A terceira etapa foi a elaboração da proposta da instrução normativa. A quarta etapa consistiu na apresentação da proposta de instrução normativa criada como recurso educacional, para as professoras e direção do CMAEE. A proposta foi apresentada na Reunião Pedagógica, realizada nas dependências do CMAEE, no dia cinco de agosto de 2024, no período noturno. Participaram todas as professoras do CMAEE

que estavam presentes neste dia. A apresentação do recurso educacional, proposta de instrução normativa, foi realizada em multimídia para leitura, análise e sugestões coletivas do conteúdo disposto no texto da instrução.

Durante o processo de apresentação, cada item do texto foi lido e discutido. As professoras fizeram uma análise sobre a realidade atual da demanda do SI e de suas atribuições. Elas destacaram a importância da definição do perfil do SI para assegurar uma qualidade de trabalho ao considerar a dimensão da rede de instituições que são atendidas pelo CMAEE. Outro aspecto elencado, e que finalizou os comentários feitos pelas professoras, foi o suporte que a normativa poderá dar ao contribuir para a organização do trabalho e na descrição detalhada do SI no Projeto Político Pedagógico do CMAEE.

5 PROPOSTA DE RECURSO EDUCACIONAL

Este recurso educacional foi elaborado a partir dos resultados encontrados na dissertação intitulada “O serviço itinerante: diálogos e possibilidades”, do curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – Profei. A proposta aqui apresentada trata-se de uma sugestão de instrução normativa para o SI, desenvolvido no CMAEE no município pesquisado. Após esse recurso ter sido examinado e discutido em reunião de professores, será apresentado para a secretaria municipal de educação do município. A seguir apresenta-se o modelo descritivo da propositiva explanada e discutida com a equipe de direção e professoras do CMAEE:

SUGESTÃO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA SOBRE O SERVIÇO ITINERANTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º /2024 – DEE/SME

Estabelece a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado no Serviço Itinerante no AEE do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado - CMAEE

A Divisão de Educação Especial, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- a Lei Federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- a Resolução CNE/CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;
- o Decreto Federal n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;
- a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008.
- a Lei Federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- a Nota Técnica – MEC-SEESP/GAB/nº 9/2010 – que orienta a Organização dos Centros de Atendimento Educacional Especializado. MEC. SEEP. 2010.
- a Nota Técnica - MEC- SECADI / DPEE Nº 055 / 2013 – que orienta à atuação dos Centros de AEE, na perspectiva da educação inclusiva e a necessidade de definir o Atendimento Educacional Especializado por meio serviço itinerante na Rede Municipal de Educação

RESOLVE:

1. DA DEFINIÇÃO E OBJETIVO

1.1 A Serviço Itinerante compõe os serviços de suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação especial ofertado no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE), é de natureza pedagógica e conta com a atuação de professor especialista em Educação Especial, em efetivo exercício da docência, para o desenvolvimento de atividades complementares, suplementares e de suporte à escolarização do estudante público da Educação Especial. O Serviço Itinerante no AEE desenvolvido no CMAEE terá dois perfis:

1.1.1 O Serviço Itinerante Consultivo: serviço de mediação e orientação pedagógica desenvolvida com o objetivo de partilhar saberes entre o professor do CMAEE e professores da escola, com vistas a estruturar práticas que eliminem as barreiras que impedem a inclusão dos alunos(as). Desenvolve-se através de visitas periódicas às escolas.

1.1.2 Serviço Itinerante de Apoio Colaborativo: serviço em que o professor especializado previamente designado para esta função, realiza o atendimento do(a) aluno(a) na escola e/ou em casa (atendimento domiciliar), por período transitório, para realizar o suporte ao aluno(a) da educação especial.

1.2 O objetivo do Serviço Itinerante é promover o acesso do aluno(a) ao currículo escolar e ao pleno desenvolvimento do seu potencial de aprendizagem, eliminando as barreiras à sua escolarização.

1.3 O trabalho pedagógico desenvolvido no Serviço Itinerante deverá considerar a singularidade do(a) aluno(a) a ser atendido(a) e se dará por meio de ações didáticas, de perfil consultivo e de apoio pedagógico amparadas na perspectiva da educação inclusiva, da acessibilidade e do trabalho pedagógico colaborativo.

1.4 Considerando que o CMAEE é uma instituição que realiza apoio às práticas inclusivas na rede municipal de ensino, o Serviço Itinerante se caracteriza como um trabalho indissociável dos serviços ofertados no CMAEE, sendo desenvolvido por todos os profissionais dos atendimentos do AEE disponibilizados na instituição.

2. ORGANIZAÇÃO

2.1 DO FUNCIONAMENTO

2.1.10 Serviço Itinerante deverá estar contemplado no Projeto Político Pedagógico e no Regimento da instituição, de acordo com as notas técnicas Nº 9/2010/ MEC/SEESP e Nº 055 no ano de 2013 MEC/SECADI/DPEE e normativos orientadores para o Centro de Atendimento Educacional Especializado.

2.1.2 O Serviço Itinerante de cunho consultivo, deverá ser realizado por todos os profissionais dos serviços ofertados no CMAEE para o apoio e suporte as instituições educativas. Considerando que:

a. Quando planejado pelos professores do CMAEE, deverá ser organizado com cronograma prévio apresentado à Equipe Gestora do CMAEE.

b. Quando solicitado pelas instituições municipais, deverá ter aviso prévio com informação antecipada das demandas que serão atendidas nas instituições escolares.

2.1.3 O Serviço Itinerante Consultivo que realiza atendimento ao aluno(a) no CMAEE irá dispor de:

I - Sala com condição de salubridade, espaço, iluminação e ventilação adequados, de acordo com os padrões da Associação de Normas Técnicas (ABNT NBR 9050/2015).

II - Mobiliário, equipamentos tecnológicos, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e materiais

específicos que contemplem a diversidade do atendimento realizado no CMAEE.

2.1.4 O Serviço Itinerante de Apoio Colaborativo ocorre na escola no contraturno escolar em sala de ensino regular articulado ao trabalho do professor regente e deverá dispor de:

I – Informação prévia à direção do CMAEE sobre o(a) aluno(a) a ser atendido(a), para fins de organização dos professores do centro no que se refere ao planejamento do trabalho docente e elaboração de adaptação de materiais e recursos pedagógicos necessários ao aluno(a).

II – Organização da escola para o acolhimento do professor do Serviço Itinerante, apoiando o fazer pedagógico propiciando um ambiente de trabalho colaborativo entre os professores do CMAEE e da instituição.

III - Disponibilização de transporte pela SME para o deslocamento do profissional que realiza o serviço itinerante até a instituição de destino.

2.2. DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

2.2.1 O Serviço Itinerante deverá ser desenvolvido de forma articulada com a comunidade escolar, com o propósito de sugerir, orientar e fornecer apoio às atividades pedagógicas voltadas para assegurar que os(as) alunos(as) tenham acesso ao currículo, de maneira a potencializar as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

2.2.2. O professor do CMAEE organizará a atuação pedagógica com atendimento ao aluno(a) no centro e com o suporte às escolas no Serviço Itinerante Consultivo.

2.2.3 O Serviço Itinerante será desenvolvido pelo professor do CMAEE, em parceria com os professores da escola e comunidade escolar, organizado com o objetivo de estruturar práticas educacionais inclusivas que possibilitem:

- a. Adequação e estruturação de material pedagógico condizentes com as singularidades dos(as) alunos(as) da educação especial.
- b. Troca de informações entre os profissionais e elaboração de momentos de discussão e formação continuada em serviço.
- c. O Serviço Itinerante de Apoio Colaborativo será organizado de maneira articulada entre o professor do CMAEE e o professor regente da turma do ensino regular.

3. DAS ATRIBUIÇÕES

3.1 Compete à Equipe Gestora (Diretiva/Pedagógica) do CMAEE:

3.1.1 Promover, orientar e acompanhar o Serviço Itinerante com vistas à evolução da aprendizagem dos(as) alunos(as) da Educação Especial.

3.1.2 Participar com o professor que realiza Serviço Itinerante nos casos específicos que demandem o apoio da equipe gestora para esclarecimentos e reuniões envolvendo a comunidade escolar.

3.1.3 Participar, orientando o planejamento do Serviço Itinerante na hora atividade, acompanhar o fluxo de organização de cronograma de visita as escolas, com vistas a garantir sua efetividade.

3.1.4 Possibilitar momentos para discussão e construção colaborativa de ações pedagógicas entre os professores do CMAEE que visem o fortalecimento dos serviços de apoio a educação inclusiva.

3.1.5 Organizar momentos de formação continuada em serviço, que propiciem a ampliação dos conhecimentos sobre os serviços de suporte na educação especial inclusiva aos professores do CMAEE que atuam na itinerância.

3.1.6 Promover a discussão contínua sobre o Projeto Político Pedagógico, com vista a reestruturação contínua deste

documento, estruturando o perfil do Serviço Itinerante no CMAEE de maneira participativa e democrática.

3.1.7 Possibilitar a participação do professor que atua no Serviço Itinerante nas formações ofertadas relacionadas a sua função.

3.1.8 Disponibilizar os recursos que se fizerem necessários para o desenvolvimento do serviço itinerante considerando a demanda a ser atendida, solicitando o apoio da Secretaria Municipal de Educação.

3.3 Compete ao Professor

3.3.1 Realizar a avaliação e observação diagnóstica inicial com vistas a conhecer o(a) aluno(a).

3.3.2 Traçar articulações pedagógicas de apoio à aprendizagem do(a) aluno(a) na identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que subsidiem de maneira complementar ou suplementar a continuidade do trabalho de apoio a escolarização.

3.3.3 Elaborar cronograma de visitas, para realização do serviço itinerante no espaço escolar, de modo a se fazer presente nas instituições, contribuindo para o desenvolvimento do(a) aluno(a) e toda a comunidade escolar para a construção de uma cultura inclusiva.

3.3.4 Planejar ações pedagógicas junto ao professor regente que contemplem o acesso do(a) aluno(a) ao currículo, atendendo às suas singularidades, estruturando oportunidades para estimular suas potencialidades de aprendizagem e desenvolvimento.

3.3.5 Apoiar a gestão pedagógica quando solicitado, nas ações de mobilização da comunidade escolar para criar condições de acolhimento e participação do(a) aluno(a), contribuindo para a

democratização do ensino através da construção de diálogos inclusivos.

3.3.6 Buscar quando necessário, interação com demais profissionais externos à escola que atuam com o(a) aluno(a), para conhecimento das questões que podem contribuir para a aprendizagem no espaço escolar.

3.3.7 Participar dos Conselhos de Classe no CMAEE e Reuniões Pedagógicas com vistas a colaborar com reflexões e reestruturações dos serviços do centro.

3.3.8 Solicitar apoio junto a direção do CMAEE em questões que envolvam situações atípicas à prática pedagógica.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 A presente Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

4.2. Os casos não previstos nesta Instrução serão analisados pela Divisão de Educação Especial em conjunto com a Direção do CMAEE.

Município, _____ de _____ 20__.

(Nome completo)

Chefe de Divisão da Educação Especial

(Nome completo)

Diretor Pedagógico

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de atuação das professoras no CMAEE evidencia uma dinâmica intensa de trabalho. A busca por atender toda a demanda de alunos e ao mesmo tempo cumprir com a realização do SI evidenciam que é necessários o investimento e a regulamentação dos serviços de apoio na educação especial.

Fazendo parte deste contexto que desperta uma inquietação constante sobre a carência de políticas públicas mais direcionadas para o CMAEE e seus serviços de apoio, espera-se que este produto venha a contribuir com a estruturação do SI no CMAEE, colaborando para a organização desse trabalho, dando suporte e subsidio para as professoras ao desenvolverem suas práticas no CMAEE e nas escolas.

A motivação que impulsiona esta proposta pauta-se na esperança de que a partir de um documento orientador, o SI seja reconhecido como um suporte importante da educação especial, que pode articular práticas pedagógicas estruturadas em rede de forma a contribuir e apoiar a efetivação de uma educação inclusiva nos contextos educativos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Carmel Cristina Chaves dos Reis. **O atendimento educacional especializado itinerante e a educação de jovens e adultos: possibilidades de relações colaborativas**. 2020. Disponível em sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao. Acesso em: 28/06/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução BRASIL/CEB n.º 02, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial, 1994.

CAVALCANTI, Neulia do Carmo Pereira da Silva. **O Papel do professor itinerante face à inserção da pessoa com deficiência no ensino regular: significando e ressignificando a itinerância**. 2007. Disponível <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 09/05/2023.

PLETSCH, M. D. **O professor itinerante como suporte para educação inclusiva em escolas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro**. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SEVERO, Maria do Carmo de Sousa. **Um estudo sobre a trajetória de Professores itinerantes na escola regular, em Natal/ RN**. 2012. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 22/06/2023.

SOUZA, Daniela Lazari de Almeida. **O Serviço de Itinerância no processo de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial (EPAEE)**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/238067>. Acesso em: 28/06/2023.